



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFPG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO – UAEDUC
CURSO DE TECNOLOGIA SUPERIOR EM GESTÃO PÚBLICA**

ROSILDA BARBOZA RAMOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL DO CONGO/PB**

UFPG-BIBLIOTECA

Sumé – PB
2014

CAMPUS DE SUMÉ/DSA
REG. 14511/04

012811/14
SMBC_TCC

ROSILDA BARBOZA RAMOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL DO CONGO/PB**

Artigo científico apresentado ao Curso de
Tecnologia Superior em Gestão Pública da
Unidade de Educação do Centro de
Desenvolvimento Sustentável, sob orientação do
Professor Msc. Luiz Antonio Coêlho da Silva.

**Sumé – PB
2014**



R175p

Ramos, Rosilda Barboza

Políticas Públicas de educação inclusiva na escola pública municipal do Congo - PB. / Rosilda Barboza Ramos. - Sumé: [s.n.], 2014. 31p.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antonio Coelho da Silva. Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Tecnologia Superior em Gestão Pública.

1. Políticas Públicas. 2. Educação Inclusiva. 3. Escola Pública. 4. Gestão Pública. 5. Acessibilidade. I. Silva, Luiz Antônio Coelho da. II. Título

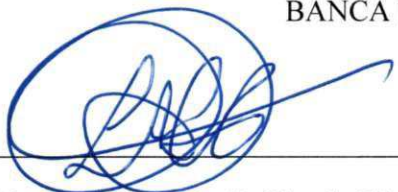
CDU 37(045)

ROSILDA BARBOZA RAMOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL DO CONGO/PB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA



Nota (9,0)

Prof. Msc. Luiz Antonio Coêlho da Silva (orientador)

Nota (9,0)

Prof. Dr^a. Maria da Conceição Miranda

Nota (9,0)

Esp. Renata Cristine Santos Ribeiro

Nota (9,0)

Nota Final (Média)

Aprovada em ___ de _____ 2014

RESUMO

Nos dias atuais, as escolas precisam se adaptar às novas demandas de alunos, que muitas vezes, vêm com necessidades especiais, e que mesmo assim, não devem ter dificuldades de adaptação. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as principais dificuldades da Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental do Congo/PB para receber discentes com necessidades especiais. Este trabalho classifica-se como um estudo de caso, com metodologia descritiva e exploratória, de natureza quali-quantitativa, e pesquisa bibliográfica e documental, com aplicação de questionário semiestruturado. Vale ressaltar que a inclusão educacional de alunos com necessidades especiais em escolas públicas normais ainda é um desafio enfrentado constantemente em todo Brasil. Os ambientes escolares públicos ainda necessitam de melhorias para ficarem aptas a receber alunos portadores de necessidades especiais, uma vez que, a inclusão é de fundamental importância para que haja a integração entre o deficiente e a escola. A educação inclusiva desenvolve um papel fundamental para o desenvolvimento do aprendizado dos discentes que possuem alguma limitação, além de buscar a superação da exclusão educacional. Através desta pesquisa de campo realizada nesta Escola Pública Municipal pôde-se verificar que há uma grande necessidade de realizar mudanças no meio físico, necessitando de urgentes modificações, profissionalização dos educadores, adaptações em vários ambientes e mudanças na sua estrutura. Concluiu-se, portanto, que é essencial que haja formação e treinamentos para os professores que lidam com estes alunos, pois muitos não são preparados para lidar com alunos portadores de deficiência. Essas mudanças são fundamentais para garantir a acessibilidade de todos.

Palavras – Chave: Educação inclusiva, Política pública, Acessibilidade.

ABSTRACT

Nowadays schools need to adapt to the new demands of students, which often comes with special needs, and that even so, should not have difficulty adapting. The present work is to analyze the main overall objective difficulties of Municipal Public Elementary School of the Congo/PB to receive students with special needs. This work is classified as a case study, with descriptive and exploratory methodology of qualitative and quantitative nature, and literature and documents, applying semi-structured questionnaire. It is noteworthy that the educational inclusion of students with special needs in regular public schools is still a challenge faced constantly throughout Brazil. Public school environments still require improvements to remain able to receive students with special needs, since inclusion is extremely important so that there is integration between the poor and the school. Inclusive education plays a fundamental for the development of the students who have some limited role learning, and seek to overcome the educational exclusion. Through this field research conducted in this Municipal Public School could be seen that there is a great need for changes in the physical environment, requiring urgent changes, professional educators, adaptations in various environments and changes in its structure. It was concluded, therefore, that it is essential that training and training for teachers dealing with these students because many are not prepared to deal with students with disabilities. These changes are essential to ensure accessibility for all.

Key-words: Inclusive education, public policy, accessibility.

INTRODUÇÃO

A educação é um processo que engloba conceitos para a construção do conhecimento, tornando-se um fenômeno que passa por ajustes e adaptações, conforme fatores como: a cultura, o poder aquisitivo e o nível de civilização de uma sociedade. No Brasil, a educação é um direito garantido para todos, através do artigo 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que incita que é dever do Estado e da família com colaboração da sociedade promover o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para exercer sua cidadania.

O processo educativo brasileiro vem enfrentando diversas dificuldades, principalmente na área do ensino público, onde tais dificuldades se fundem com os próprios problemas da sociedade em geral, tornando o processo educativo brasileiro em um sistema que exclui pessoas e que promove o mau gerenciamento da qualidade dos serviços prestados.

Entre os desafios contemporâneos enfrentados pela educação, a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, nos ambientes escolares públicos, ganha destaque pela necessidade de garantir às crianças e adolescentes, o acesso à educação de qualidade que estão asseguradas nos direitos das crianças e dos adolescentes, onde os mesmos estão contidos na Constituição Federal de 1988, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

É importante ressaltar que há uma grande diversidade de discentes matriculados em escolas públicas, o que deixa claro a necessidade de um maior comprometimento por parte de toda a sociedade, desenvolvendo mecanismos de inclusão. Cria-se assim, maiores vínculos de compromisso e responsabilidade por parte de todos que convivem com os portadores de necessidades especiais, desde seus familiares, seus professores, colegas e a sociedade em geral.

Buscando entender como acontece a inclusão de portadores de necessidades especiais, na Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental do Congo-PB, foi feito um estudo de caso na mesma. O Congo/Paraíba é um município brasileiro localizado na microrregião do Cariri Ocidental, possuindo atualmente, segundo o último senso demográfico realizado pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), 4.687 habitantes.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as principais dificuldades da Escola Pública Municipal da Cidade do Congo para receber discentes com necessidades especiais. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se: expor as dificuldades

dos discentes portadores de necessidade especiais, em relação ao acesso à educação; realizar um estudo sobre as condições físicas da Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental do Congo/PB em termos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e identificar mecanismos que os gestores públicos poderiam utilizar para melhorar a adaptação e a inclusão educacional nas escolas públicas.

Essa pesquisa surgiu através da inquietação e necessidade de uma maior compreensão sobre a existência e efetivação de políticas públicas de inclusão na Escola Pública Municipal do Congo/PB, direcionadas para inserção dos alunos com necessidades especiais, sendo este o foco principal para a realização deste trabalho, com a finalidade de mostrar que a inclusão ainda é um grande desafio que deve ser enfrentado para promover a melhoria da qualidade da educação, que possui muitos problemas, como: falta de infra estrutura, falta de recursos humanos e materiais, dificuldades no ensino aprendizagem, falta de qualificação para alguns professores que estão em sala de aula e de valorização social.

Este trabalho tem como justificativa uma curiosidade por parte da pesquisadora a respeito da temática educação inclusiva; além de expor um tema que muitas vezes passa despercebido aos olhos da sociedade e dos gestores públicos, a falta de acessibilidade para discentes com necessidades especiais nas escolas públicas, enfatizando especificamente a Escola Pública Municipal do Congo/PB, contribuindo assim para debates acadêmicos e profissionais sobre esta temática de suma importância para os dias atuais, e para a melhoria da educação do país, que clama por melhores condições físicas, financeiras, sociais e de práticas educacionais.

Metodologicamente o presente trabalho classifica-se como um estudo descritivo e exploratório, com estudo de caso e também por meio de análise bibliográfica, possuindo natureza quali-quantitativa, através de estudos na escola e com alguns dos professores que lecionam na referida escola estudada.

Buscando compreender mais sobre como se dá a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas públicas, surge a seguinte problemática: **Quais as principais dificuldades da Escola Pública Municipal da Cidade do Congo para receber discentes com necessidades especiais?**

O presente trabalho está dividido em uma seção introdutória, no referencial teórico, nos procedimentos metodológicos, na apresentação e análise dos dados, nas considerações finais e nas referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E SEUS DIREITOS

A preocupação com as pessoas portadoras de necessidades especiais é um fato recente, que surgiu e tomou maiores proporções a partir da década de 1970. Foi por meio da Resolução nº 3.447 da Organização das Nações Unidas (ONU), que se deu início às normas de proteção às pessoas com limitações físicas ou mentais. Tal Resolução aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, e foi onde surgiu, pela primeira vez, o conceito de pessoa deficiente, que ficou entendido como sendo, qualquer pessoa incapaz de afirmar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma limitação, congênita ou não, em suas capacidades físicas e mentais.

As necessidades especiais englobam uma série de limitações que impede as pessoas de realizarem suas atividades de forma normal. As pessoas que possuem limitações físicas e/ou deficiência mental são classificadas como sendo portadores de necessidades especiais.

Para se entender como as limitações de portadores de necessidades especiais ou deficiências são classificadas, o decreto de nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, estabelece que o conceito sobre deficiência deve envolver diferentes aspectos e distinções:

Art. 3...: - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999).

As pessoas com necessidades especiais têm que superar muitas barreiras, que constantemente encontram no processo para serem incluídos socialmente. Para Diniz (2007, p. 21),

[...] todos os deficientes experimentam a deficiência como uma restrição social não importando se essas restrições ocorrem em consequência de

ambientes inacessíveis, de noções questionáveis de inteligência e competência social.

Muitas vezes, devido, até mesmo a falta de informação, as pessoas não sabem exatamente como se relacionar com pessoas especiais, e muitas nem entendem a importância da diversidade, com isso bloqueiam qualquer tipo de contato, e começam a ver estas pessoas com necessidades especiais como pessoas que não normais, e por isso, devem ser excluídas, aumentando ainda mais o preconceito que já existe, inclusive nas escolas públicas, que têm por obrigação incluir, sem preconceitos ou restrições.

2.2 A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS

A inclusão educacional de alunos com necessidades especiais em escolas públicas ainda é um desafio enfrentado constantemente em todo Brasil. Os ambientes escolares públicos ainda necessitam de melhorias para ficarem aptas a receber alunos portadores de necessidades especiais, uma vez que, a inclusão é de fundamental importância para que haja a integração entre o deficiente e a escola. Para entender a importância da inclusão de alunos com necessidades especiais na escola, a autora Freitas (2008) descreve:

A inclusão desafia, pois, as mudanças estimulam a flexibilidade das relações, a redistribuição dos recursos para um mais correto aproveitamento, o trabalho em equipe, a colaboração e a cooperação, o envolvimento de toda a escola, dos pais, da comunidade, dos diferentes serviços e dos seus profissionais do sistema educativo.

A inclusão de portadores de necessidades especiais ainda é um desafio a ser superado e com isso deve-se promover uma mudança social, já que a mesma tem como pressuposto incluir todos em um mesmo ambiente, sendo tratados de forma igual independente de suas limitações físicas ou mentais. Ao longo dos anos a inclusão ganhou bastante destaque em vários ambientes sociais, tornando-se um tema com bastante relevância que vem sendo trabalhado e aplicado em diversos setores da sociedade. A inclusão escolar de acordo com Mantoan (2004, p.81) aponta que:

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada.

A inclusão não se limita apenas em inserir pessoas com necessidades especiais nas escolas, mas também, luta pela igualdade de todos, dentro da sociedade, com o intuito de que os direitos de todos sejam efetivados e acima de tudo, respeitados e ampliados.

Para garantir que os portadores de necessidades especiais tenham acessibilidade em ambientes escolares públicos é necessário que sejam feitas algumas adaptações nos ambientes das escolas públicas, para receber adequadamente pessoas que possuam qualquer tipo de limitação. Para compreender o significado do termo acessibilidade, Arns (2005), descreve:

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Decreto nº5.296/2004, Art. 8º, inciso I).

Qualquer discente, que apresente qualquer necessidade especial tem pleno direito de ter acesso ao ensino público regular (quando possível), garantido pela Lei de nº 12.796, de 4 de Abril de 2013, determina que o aluno portador de deficiência deve receber o seguinte atendimento:

III - Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2013).

É comum encontrar escolas que não apresentam suportes adequados de ensino ou não foram planejadas para receber uma grande diversidade de indivíduos. Para receber alunos com deficiências físicas a escola deve estar preparada tanto fisicamente (infra estrutura adaptada) quanto pedagogicamente, sendo que a inclusão de alunos deficientes inclui uma série de mudanças, como enfatiza Martins (2006, p. 20):

O processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para as escolas, que devem centrar-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades.

As escolas públicas já deveriam estar capacitadas para a inclusão, mas a realidade encontrada é outra, pois geralmente por se tratarem de um número pequeno de alunos com necessidades especiais, muitas vezes passa despercebido às ações públicas, que também não são tão frequentes e eficazes assim, deixando muitas vezes a desejar pelo aluno e pela família do mesmo. Deve-se lembrar, como diz Freire (2005, p. 15) “ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo”. Assim, verifica-se que para que os portadores aprendam precisam está em contato com os demais alunos da escola. Mas é através dessas mudanças e atitudes que será possível transformar a sociedade, como ressaltam os autores Stainback e Stainback (1999, p. 29):

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo.

É por meio do ambiente escolar, que as diferenças vividas por cada pessoa pode ser facilmente percebida, podendo ser confirmadas, valorizadas e respeitadas da forma correta, é importante ressaltar que, esta diversidade não pode ser rejeitada ou até mesmo, silenciada quando não são como as atitudes e comportamentos da grande maioria, para que assim, não se exclua do processo educacional pessoas que têm direito ao respeito e ao tratamento igualitário.

2.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO BRASIL

A educação brasileira tem enfrentado, continuamente, no decorrer dos anos, o grande desafio de poder possibilitar, através de políticas públicas de inclusão a acessibilidade e a permanência de alunos com necessidades especiais na escola, no âmbito de uma melhor perspectiva de inclusão. Foi com o intuito de proporcionar a inclusão social de portadores de necessidades especiais, que o governo federal criou em, 2002, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência conhecido como CONADE. Muitas competências foram atribuídas ao CONADE, sendo que a principal foi a de acompanhar e avaliar como

acontece o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e também o desenvolvimento das políticas setoriais.

É possível encontrar inseridos em um contexto amplo e complexo, uma grande diversidade de abordagens e questões que envolvem as políticas públicas. Ao se tratar da construção do conceito de políticas públicas, existe um vasto campo de definições, no entanto para Souza (2006), não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Para se compreender o que é política pública é preciso inicialmente se entender o que é política, de acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 7):

O termo “política” prenuncia uma multiplicidade de significados, presentes nas múltiplas fases históricas do Ocidente. Em sua acepção clássica, deriva de um adjetivo originado de polis – *politikós* – e refere-se à cidade e, por conseguinte, ao urbano, ao civil, ao público, ao social.

Schmidt (2008, p. 231) ressalva que a política, de acordo com a literatura inglesa, é estabelecida em três termos diferentes que designam suas dimensões. Tais termos são classificados da seguinte maneira: a *polity*, abrangente das análises das instituições políticas e das questões administrativas da burocracia do Estado; já a *politics* compreende os processos da dinâmica política e da competição pelo poder; e por fim a *policy*, que é responsável pelos conteúdos concretos da política, que são as políticas públicas.

Foi nos Estados Unidos que surgiu o conceito de políticas públicas. Este conceito quebrou a lógica das ciências sociais sobre a análise institucional de como acontece o funcionamento do Estado. As políticas públicas, sendo brevemente definidas, acarretam o entendimento da concepção holística da gestão pública sobre os problemas sociais dos diversos setores. A política pública apresenta grande importância, pois a mesma identifica, planeja e soluciona os problemas por meio de ações estratégicas que envolvem a sociedade e o Estado.

De acordo com o entendimento de Bucci, as políticas públicas funcionam como espécies de instrumentos que aglutinam os interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses e funcionam como um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular (BUCCI, 2001 *apud* BRANDT, 2005). Há uma distinção entre os termos política e política pública. De modo geral, a política é também praticada pela sociedade civil, não limitando sua prática apenas pelo governo; já a política pública é categoria específica do governo, quando se refere a toda a sua extensão, desde a sua formulação, discussão, implementação e também o monitoramento de como estão sendo efetivadas tais políticas públicas.

É possível encontrar uma série de conceitos de políticas públicas, sendo que Azevedo (2003) buscou se diferenciar um pouco sobre as concepções já existentes e criou um conceito didático para a sua compreensão sobre o termo, ficou então explícito que políticas públicas se remota a tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, bem como os impactos de sua ação ou omissão. Sendo assim, se um governo se omite e não faz nada em relação a algo de caráter emergente isso também pode ser classificado como uma política pública, pois envolveu uma tomada de decisão.

Já para Secchi (2010, p. 2):

Uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Sendo assim, observa-se que a maior preocupação das políticas públicas é com a satisfação da coletividade e das demandas sociais, para que assim sua implementação conquiste os objetivos desejados.

2.3.1 Políticas públicas de educação inclusiva

A implementação da inclusão de forma legal no Brasil, se deu através da Declaração de Salamanca em 1994, este marco aconteceu através de um grande movimento realizado por um grupo de pessoas que perceberam que havia uma maior necessidade de se ampliar a discussão sobre qual a melhor forma de tratamento destinado as pessoas com necessidades especiais.

A luta mundial em busca da inclusão social escolar é um movimento que envolve ações de caráter político, cultural, pedagógico e social, com a finalidade de defender os direitos de todos os discentes que possuem necessidades especiais, possibilitando a inclusão dos mesmos, na escola. Para promover a inclusão educacional de portadores de necessidades especiais, a educação inclusiva compõe um modelo educacional desenvolvido dentro da compreensão e efetivação dos direitos humanos.

A educação inclusiva desenvolve um papel fundamental para o desenvolvimento do aprendizado dos discentes que possuem alguma limitação, assumindo o centro dos debates que são gerados acerca da sociedade atual e, também, de como se desenvolve o papel da escola na busca da superação da exclusão educacional. A política pública educacional procura reconhecer quais dificuldades necessitam ser superadas nos sistemas de ensino e evidencia a necessidade de afrontar as práticas discriminatórias e criar formas para superá-las.

Para Ball e Mainardes (2011, p. 13):

As políticas envolvem confusão, necessidades (legais e institucionais), crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentação, lacunas e espaços, dissenso e constrangimentos materiais e contextuais. Na prática, as políticas são frequentemente obscuras, algumas vezes inexecutáveis, mas podem ser, mesmo assim, poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de falar sobre o mundo, caminhos de mudança do que pensamos sobre o que fazemos. As políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequada (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais.

Quando se fala em políticas públicas educacionais, deve-se levar em consideração a importância do papel do Estado, para a efetivação dessas políticas. O Estado desempenha um papel fundamental para que as políticas públicas educacionais sejam de fato efetivadas, pois o mesmo tem o poder de dominar, regular e avaliar. Mesmo apresentando caráter democrático, este, muitas vezes, não tem compatibilidade e acaba sendo contrário às medidas, que seriam necessárias para atender às exigências e necessidades educacionais. Todo portador de necessidade física ou mental tem direito a receber uma educação de qualidade em um ambiente adequado, de acordo com suas limitações.

É importante ressaltar que não é suficiente apenas a constituição de uma política pública educacional bem determinada, que apresente conteúdo bem elaborado ou formulado que esteja apenas no papel, o importante e indispensável é trabalhar para que a política seja, de fato, realizada, contemplando o principal interessado, o portador de necessidade especial de forma efetiva, com desenvolvimento e aprendizagem, através de práticas pedagógicas adaptadas às pessoas portadoras de necessidades especiais.

2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para que a escola se torne um ambiente de fato acessível, não necessita apenas que ela esteja fisicamente estruturada, é importante ressaltar que acessibilidade não consiste só em receber pessoas com necessidades especiais, e sim, ofertar um ensino de qualidade, de acordo com as limitações de seus discentes. É necessário compreender que a inclusão educacional não se limita apenas em matricular um aluno com necessidade especial, em um ambiente escolar; só é possível considerar uma escola como sendo inclusiva a partir do momento que esta reconhece a diversidade de seu alunado e, como resposta, utiliza a eficiência pedagógica.

Tornar um ambiente escolar se efetivamente inclusivo, é necessário superar vários desafios impostos dentro da sala de aula. É preciso estabelecer novas e diversificadas formas pedagógicas, de acordo com a necessidade de cada aluno, promover a capacitação dos educadores para lidarem com as diferentes problemáticas e essencialmente, a participação ativa do portador de necessidade em seu processo de inclusão escolar. O principal desafio da inclusão educacional é a construção e a aplicação de uma pedagogia que seja válida para todos os discentes, “capaz de atendê-los em suas situações pessoais e, cujas características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto deve se dar sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas” (BEYER, 2006, p. 76).

O sistema educacional inclusivo é o que respeita, reconhece e responde aos discentes portadores de necessidades especiais com uma educação pedagogicamente eficiente, a cada um que se encontra nele inserido. Entretanto, além da educação se torna necessário a criação de uma rede formada por especialistas que ofereçam apoio para os alunos portadores de necessidades especiais juntamente com a escola, tais como: psiquiatras, psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, dentistas e outros. A partir desta ação a compreensão da aprendizagem é apresentada como um processo que inclui relações entre os diferentes indivíduos. Segundo Serra,

Promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (SERRA, 2008, p. 33).

Embora a inclusão de discentes nos ambientes escolares seja garantida por lei ela não pode se concretizar por si só, é necessário disponibilidade e empenho de todos os que estão envolvidos na educação. O professor desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva, estando este capacitado para identificar as necessidades presentes na sua sala de aula. Para lidar com a diversidade de alunos os professores precisam aprender novos conceitos e usar novas técnicas de ensino, de acordo com Mantoan (2006, p. 54-55):

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um *design* diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional.

É necessário o professor ter um conhecimento bem estabelecido em sua área de atuação, além de se manter sempre atualizado, buscando se informar e aprender novas técnicas de educação especial, que facilitem o ensino aprendizagem. A educação especial inclusiva contribui para a aprendizagem, especialmente da população que apresenta necessidades educacionais especiais, a qual deve atender necessidades especiais e típicas do aluno e também deve oferecer suporte técnico-científico ao professor que atende esses alunos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo foi classificado como descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, com aplicação de questionários e entrevistas, através de um estudo de caso na Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental do Congo, na Paraíba.

De acordo com Silva (2003, p.25) “metodologia é o estudo do método na busca de determinado conhecimento”. Os instrumentos utilizados foram a técnica de coleta de dados a partir de um questionário estruturado com 10 (dez) perguntas, sendo 9 (nove) de múltipla escolha e 1 (uma) questão aberta, dirigidas aos docentes que atuam na Escola Municipal de

Ensino Fundamental do Congo/PB. Foram entregues 48 questionários na Escola Municipal, de acordo com o número de professores existentes na instituição distribuídos entre os turnos manhã, tarde e noite, sendo que apenas 20 se disponibilizaram para responder a pesquisa. O foco da pesquisa era compreender como funciona a relação entre os professores e os alunos portadores de necessidades especiais. Também aconteceu uma conversa informal com o Secretário de Educação do Congo/PB, onde o mesmo forneceu dados sobre a educação inclusiva da referida escola. Dessa forma, pretendeu-se fazer uma interpretação dos dados coletados, com apoio na literatura sobre a temática.

A partir da necessidade de execução deste trabalho, e na busca de contemplar os objetivos da pesquisa, surgiu a necessidade de realizar uma metodologia de caráter exploratório. De acordo com Oliveira (2003), “os estudos exploratórios têm como objetivo a formulação de um problema para efeito de uma pesquisa mais precisa ou, ainda, para elaboração de hipóteses”. Sendo assim, explora-se um tema de forma mais pormenorizada.

Para a concretização deste estudo foi necessário realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico, exploratório e de campo como sendo a primeira etapa do processo. A finalidade deste trabalho consistiu em desenvolver, esclarecer e relacionar conceitos e ideias de vários autores, com o intuito de formular abordagens mais condizentes com a ampliação de estudos futuros. Segundo Gil (1991), o estudo de caso, é quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Assim, foi realizada a observação dos métodos já utilizados na Escola Pública Municipal do Congo para atender a demanda de discentes portadores de necessidades especiais.

Esse estudo também possui caráter descritivo, Trivinõs (1987, p. 110) elenca que um estudo descritivo “pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Consequentemente, o estudo buscou explicar e descrever a temática de forma mais completa, em que os meios utilizados na pesquisa a formatam como bibliográfica, sobre a qual, Gil (1999, p. 71) diz que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Portanto, os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho foram muito importantes para fundamentar e aplicar as técnicas de pesquisa, cujo objetivo principal foi analisar as principais dificuldades para a inclusão dos discentes portadores de necessidades especiais, na Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental do Congo-PB, através das políticas públicas.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A escola analisada neste trabalho está localizada na cidade do Congo, município brasileiro da microrregião do Cariri Ocidental, estado da Paraíba. Sua população em 2012 foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 4.687 habitantes, distribuídos em 274 km² de área. O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional. Cidade próxima à confluência dos rios Paraíba e da Serra, sendo conhecida como Cidade das Águas.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo/PB foi construída no ano de 1997, por Amaro Travassos Nogueira, gestor municipal no referido ano. A escola está situada na Avenida Senador Rui Carneiro S/N, no centro da cidade. Esta Instituição apresenta uma área de aproximadamente 5.600m² (cinco mil e seiscentos metros quadrados), sendo que a área construída é cerca de 1.090m² (mil e noventa metros quadrados), pertencendo a esfera municipal.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 DADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONGO/PB SOBRE A INCLUSÃO DE DISCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO CONGO/PB

A Secretaria Municipal de Educação é um órgão de caráter administrativo municipal de natureza substantiva, é de sua competência organizar, difundir, administrar, orientar, acompanhar, controlar e avaliar o desempenho da rede educacional municipal, em consonância com os Sistemas Federal e Estadual de Educação.

Com o intuito de analisar como funciona o sistema educacional para inclusão de portadores de necessidades especiais, por meios de políticas públicas, na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo/PB, buscou-se dados na Secretaria Municipal de Educação do Congo/PB, através do atual Secretário de Educação.

Quando questionado sobre a acessibilidade de discentes com necessidades especiais na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo/PB, o Secretário deixou explícito que, a rede municipal de ensino está preocupada com número de discentes com necessidades especiais matriculadas no ensino fundamental e ao mesmo tempo está empenhada na busca e

mudanças para promover uma educação de qualidade aos mesmos. A princípio pretende-se implantar uma sala com recursos para atender a diversidade de alunos matriculados na referida escola no intuito de desenvolver um trabalho de integração, inclusão e melhoramento do desempenho educacional desses alunos em sala de aula. No momento, a falta de estrutura física e de profissionais capacitados para efetivar um trabalho de educação especializada, é a principal dificuldade da Escola Municipal, segundo o Secretário.

Em relação às políticas públicas de inclusão para discentes com necessidades especiais o Secretário deixou bem claro que as políticas públicas nessa área ainda estão engatinhando, e que ainda é necessário que haja sensibilização de todos os profissionais de educação para a inclusão e diversidade ser conquistada em sala de aula. Ele afirmou que todas as crianças têm direito a aprender, independente de quaisquer deficiências.

Atualmente, os gestores e professores da cidade estão participando de seminários sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa mudar a realidade no ensino que mais exclui do que inclui. E é a partir dessa proposta, que a Secretaria Municipal de Educação busca fortalecimentos para que a Escola Municipal se fortaleça na sua função social, adquirindo sala de recursos multifuncionais, melhorar o diálogo entre os professores no âmbito da inclusão, propiciando um terreno fértil para garantir a integração e a aprendizagem de discentes com necessidades especiais do município.

De acordo com o Secretário de Educação, a cidade do Congo abrange os mais diversos tipos de necessidade especial, sendo que as identificadas nos alunos da Escola Municipal são as físicas, mentais, intelectuais, auditivas e visuais. A escola do estudo conta atualmente em média com 565 (quinhentos e sessenta e cinco) alunos matriculados, distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite, sendo que cerca de 30 (trinta) desses alunos apresentam alguma necessidade especial.

Sobre a existência de algum programa ou projeto que capacite os professores para lidarem com os alunos portadores de necessidades especiais o Secretário explicou que, ainda não existe um projeto específico na rede municipal de ensino que capacite os professores nessa área. Porém, o trabalho pedagógico desenvolvido através dos coordenadores educacionais tem como lema em 2014 “Educação e Cidadania”, que traz uma proposta de humanização e busca transformar o ensino-aprendizagem com qualidade no trabalho com questões sociais de nossa realidade, além da iniciativa que coloca a cidade do Congo na área de abrangência da proposta pedagógica do AEE do Governo Federal, que abraça uma política de inclusão e o direito à diversidade, vem chegando e ganhando força à medida que algumas barreiras dentro da escola vão sendo derrubadas.

4.2 PERFIL DOS PROFESSORES ANALISADOS

Os resultados dos dados obtidos pelo questionário com os professores serão apresentados da seguinte forma: primeiro serão apresentados os dados que traçam o perfil dos docentes da Escola Municipal; já na segunda fase, a análise será sobre a autonomia dos professores para lidarem com alunos portadores de necessidades especiais. A partir daí será possível identificar se há dificuldades por parte dos professores para lecionarem para alunos com limitações, se há a devida capacitação para estes professores, quais as necessidades especiais mais encontradas nos discentes e se há a participação dos pais na aprendizagem destes alunos, as respostas foram obtidas através do questionário aplicado (apêndice 01).

A partir das perguntas aplicadas aos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo/PB, através dos dados obtidos foi possível traçar o perfil dos professores participantes do estudo. É possível notar que a predominância do sexo feminino, pois dos 20 (vinte) entrevistados 75% são mulheres, enquanto os homens somaram 25%. Já em relação a idades dos docentes está dividido em 20% com idades entre 20 e 25 anos, 30% com idades entre 25 e 30 anos, 35% com idades entre 30 e 35 anos e 15% acima de 40 anos. Quanto ao grau de escolaridade dos docentes entrevistados 25% estão cursando o ensino superior, 75% possuem ensino superior completo e 30% possuem especialização. Estas informações podem encontradas a seguir no quadro I.

FIGURA 1 - Quadro I: PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA (2014)

VARIÁVEL	CATEGORIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
GÊNERO	Feminino	15	75%
	Masculino	5	25%
FAIXA ETÁRIA	20 a 25 anos	4	20%
	25 a 30 anos	6	30%
	30 a 35 anos	7	35%
	Acima de 40 anos	3	15%
NIVEL DE ESCOLARIDADE	Ensino Médio completo	0	0%
	Ensino Superior cursando/incompleto	5	25%
	Ensino Superior completo	15	75%
	Especialização	6	30%
	Mestrado ou Doutorado	0	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Quando indagados se já haviam ensinado ou ainda ensinavam a alunos com necessidades especiais, 100% dos professores entrevistados responderam que sim. Pode-se concluir a partir disso que a diversidade de pessoas presentes nas salas de aulas tem aumentado, tornando imprescindíveis para que a escola se torne um ambiente escolar democrático. O autor Aquino (1998, p. 63-64), fala da importância da diversidade na sala de aula:

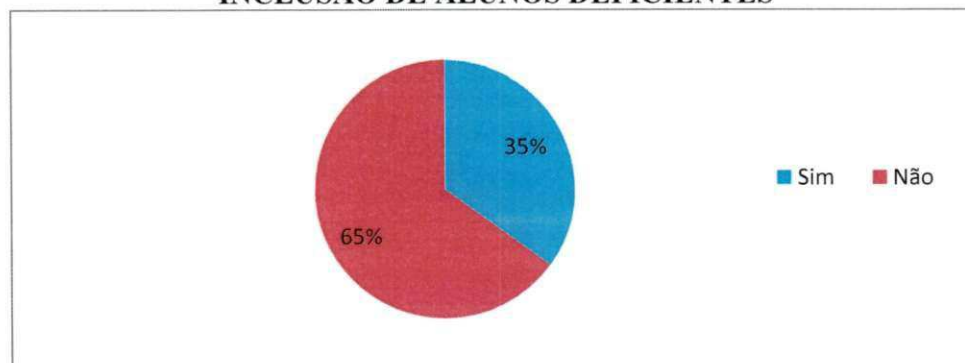
A heterogeneidade característica presente em qualquer grupo humano passa a ser vista como fator imprescindível para as interações na sala de aula. Os diferentes ritmos, comportamentos, experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada criança (e do professor) imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade de troca de repertórios, de visões de mundo, confrontos, ajuda mútua e consequente ampliação das capacidades individuais.

Em relação a forma de lidar com os alunos portadores de necessidades especiais todos os professores entrevistados alegaram que encontraram dificuldades para promoverem o aprendizado destes alunos. Esse é um fator ainda bastante comum, pois muitos docentes encontram dificuldades na forma de ensinar pessoas portadoras de necessidades especiais.

É necessário que os professores conheçam as possibilidades de aprendizagens dos alunos com necessidades especiais, favorecendo assim o processo de construção pessoal de cada aluno. Segundo Coll (2004, p. 294) "conhecer bem os alunos implica interação e comunicação intensa com eles, uma observação constante de seus processos de aprendizagem e uma revisão da resposta educativa que lhes é oferecida". Ou seja, cabe ao professor conhecer os alunos e suas necessidades de aprendizagem.

Na sexta questão os professores foram questionados se consideravam a Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo inclusiva, 65% disseram que não e 35% disseram que sim.

FIGURA 2 - Gráfico 1: A ESCOLA MUNICIPAL DO CONGO/PB E A INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

É importante ressaltar que uma escola não pode ser considerada inclusiva só porque a mesma recebe alunos com necessidades especiais, é preciso todo um conjunto de ações para a inclusão total. Para promover a inclusão será necessária a criação de ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, que funcionem em harmonia para garantir que os alunos com necessidades especiais sejam inclusos nos ambientes escolares.

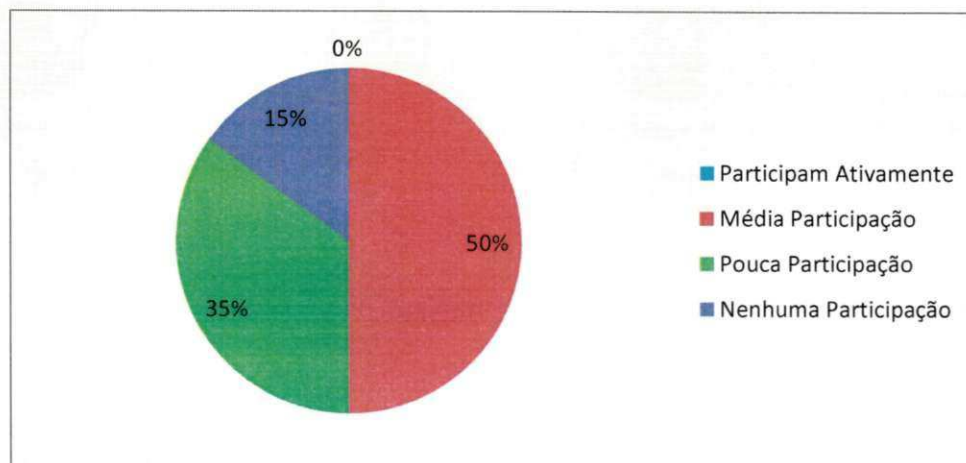
Muitas vezes a preocupação de tornar a escola um ambiente inclusivo, foca-se apenas em mudar a estrutura física da escola, mas vale salientar ainda, que inclusão não é só colocar o portador de necessidade especial dentro do ambiente escolar, mas sim criar mecanismos para a permanência do mesmo oferecendo um ensino de qualidade e de acordo com suas limitações.

Muitos professores não são capacitados para atender discentes com limitações, sejam elas de origem física ou mental. Quando indagados sobre sua preparação para lidarem com alunos com limitações, 100% dos professores entrevistados alegaram não se sentirem preparados para educar estes alunos.

O trabalho dos docentes com alunos portadores de necessidades especiais, na atualidade, deve combinar dois aspectos fundamentais: o profissional e o intelectual, para desenvolver a capacidade de reelaborar conhecimentos. A partir daí outras capacidades precisam melhorar como a parte de elaborar, definir, interpretar currículos e programas que propiciam a profissionalização dos docentes. Cerca de 90% dos entrevistados responderam sim, que recebem orientações e apoio por parte da área de saúde e da Secretaria de Educação do Congo para lidarem com os discentes portadores de necessidades especiais, os outros 10% não responderam a questão.

É de conhecimento geral que para uma escola ofertar um aprendizado de qualidade é necessário ter bons profissionais e também a participação de todos para a garantia do ensino aos discentes, isso implica a escola, o aluno, a sociedade e principalmente a família do discente. A participação dos pais de alunos com necessidades especiais na educação é essencial para melhorar o aprendizado dos mesmos. Na pesquisa, os docentes da Escola Municipal classificaram a participação dos pais ou responsáveis da seguinte maneira: 50% tem média participação, 35% pouca participação e 15% que não tem participação dos pais na sala de aula.

FIGURA 3 - Gráfico 2: PARTICIPAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR, DOS PAIS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205). Com isso, verifica-se que há a reafirmação da educação como um direito de todos, sem exclusão.

Na última questão da pesquisa os docentes ficaram livres para citarem de acordo com a própria opinião, quais procedimentos poderiam ser adotados pela Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo para melhorar a inclusão educacional de discentes com necessidades especiais. Todos deram suas opiniões mantendo o foco na melhoria da educação para discentes com necessidades especiais. Uma das propostas citadas seria a melhoria da estrutura física da escola para promover a inclusão e acessibilidade para portadores de necessidades físicas, quebrando os tabus e as barreiras arquitetônicas, criando mecanismos para atender todas as necessidades físicas e mentais. Outro ponto bastante citado foi a criação de projetos para capacitarem os professores para os instruírem de como ensinar e lidar com alunos com necessidades especiais.

Essas adaptações no ambiente escolar vêm de encontro à acessibilidade, de acordo com o Dischinger e Machado (2006), a acessibilidade se apresenta nas seguintes dimensões:

- Acessibilidade arquitetônica, sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.

- Acessibilidade comunicacional, sem barreiras na comunicação interpessoal (face-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual, etc.), na comunicação escrita... e na comunicação virtual (acessibilidade digital).
- Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação de todos de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de didática), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística, etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares, etc.).
- Acessibilidade instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, régua, teclado do computador, materiais pedagógicos), de atividade da vida diária [...], esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc.).
- Acessibilidade programática, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas [...], em regulamentos [...] E em normas de um modo geral.
- Acessibilidade atitudinal, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana.

Vale lembrar que a inclusão é modificar, abranger, respeitar, valorizar e lutar contra todas as formas de exclusão, superando as barreiras sociais. Uma escola para se tornar de fato inclusiva deve garantir a todos os alunos a qualidade no ensino respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades, reconhecendo e respeitando a diversidade. Na escola inclusiva o aluno é sujeito de direito e foco central da educação (ARANHA, 2004, p. 7- 8).

Sendo assim, nota-se que o planejamento para a reforma estrutural física e a capacitação dos professores das escolas públicas do Congo, com o intuito de torná-las ambientes escolares de qualidade inclusiva, é um processo longo que tem que envolver a coletividade, ou seja, os gestores, os professores, os alunos, os pais e a sociedade em geral. Para que as escolas possam se tornar acessíveis para os deficientes físicos, serão necessárias grandes modificações nos princípios de ensino utilizados atualmente, dando início a uma política pública que seja efetiva na realização de uma educação inclusiva. Esse modelo de política pública educacional deve ter como seu principal objetivo proporcionar, aos alunos com deficiências físicas, uma educação de qualidade, tornando a escola um ambiente realmente democrático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo foi possível identificar diversas possibilidades para promover o acesso do aluno com necessidade especial ao ambiente escolar público para obter

conhecimentos. A acessibilidade constitui um ponto muito importante para que a cidadania seja exercida, agindo em conjunto com os vários dispositivos legais procurando assegurar os direitos, buscando melhorias, adaptando as diversas escolas para receberem a grande diversidade de pessoas com necessidades especiais.

Na educação brasileira contemporânea há uma maior preocupação em desenvolver um trabalho significativo para os discentes portadores de necessidades especiais. Mas a realidade das escolas públicas é outra. É necessário ainda realizar modificações, melhorar a estrutura, contratar profissionais capacitados e capacitar os já existentes na instituição e também um maior comprometimento por parte dos governantes.

Através de uma pesquisa de estudo de caso realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo pôde-se verificar que há uma grande necessidade de realizar mudanças no meio físico, adaptações em vários ambientes e modificações na sua estrutura. Outro ponto essencial que necessita de mudanças urgentes é parte da comunicação dos professores com os alunos com necessidades especiais, tais mudanças são fundamentais para garantir a acessibilidade de todos.

A Escola Pública Municipal da cidade do Congo apresenta vários pontos negativos, no ambiente interno, deixando evidenciadas as dificuldades enfrentadas pela mesma para receber alunos portadores de limitações físicas ou mentais. Para garantir que esta escola possa garantir acessibilidade para todas as diversidades seria necessário a criação de políticas públicas educacionais com o propósito de gerar uma educação inclusiva que busque respeitar o ser humano em suas diferenças e os possibilitem a ter uma educação de qualidade, podendo interagir com os demais alunos, se socializarem e aprenderem novas coisas, tudo dentro de seu ambiente escolar.

Para se consolidar a inclusão educacional de uma escola, ainda há muito para ser feito, pois foram dados apenas os primeiros passos na consciência e respeito à diversidade. Muitas adaptações precisam ser feitas para favorecer a educação, a igualdade e o desenvolvimento dos discentes com necessidades especiais na escola pública, pois muitas escolas não estão preparadas para garantir o desenvolvimento pleno e escolar desses alunos.

Através dos dados coletados na Secretaria Municipal de Educação do Congo, através de conversa informal com o Secretario de Educação do Congo/PB e por meio de um questionário aplicado com alguns professores da rede escolar pública, pôde-se chegar a conclusão de que a Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo ainda não está preparada para receber discentes com necessidades especiais, nem tão pouco oferecer um ensino de qualidade de acordo com as limitações de cada um.

O Brasil apresenta uma proposta de inclusão muito bem elaborada, só que a mesma precisa sair do papel e ser colocada em prática como forma de diminuição da exclusão social dos portadores de necessidades especiais.

É notório que a inclusão dos alunos com necessidades especiais se apresenta como um novo desafio para a maioria dos docentes e até mesmo para os gestores públicos e a sociedade.

É para promover a inclusão de todos, que o Governo, por meio do Ministério da Educação deve possibilitar condições favoráveis ao processo de inclusão, dentro dos ambientes escolares públicos. As mudanças se dariam a princípio com a reestruturação das escolas, para assim proporcionar a capacitação a fim de que os professores tenham condições de se aperfeiçoarem para atender toda a diversidade de alunos, de forma igualitária.

A construção, ou melhor, a transformação da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo para se tornar inclusiva e de qualidade para todos, é algo almejado pelos professores, alunos, pais e a sociedade, porém, essa melhora educacional exige grandes modificações, principalmente nos sistemas de ensino utilizados. Essas mudanças se darão através de novas políticas públicas, que ofereçam ações propícias, coerentes e transformadoras dos sistemas educacionais públicos atuais, tornando-os inclusivos. A escola deve ser um espaço fundamental para a valorização da grande diversidade de discentes e garantir a cidadania de cada um.

Com relação as propostas de mudanças apresentadas, espera-se que aconteçam outras políticas públicas na perspectiva de inclusão, que apresentem reformas e propostas que possam ser tratadas com um maior aprofundamento, reelaboradas e preferencialmente que sejam bem sucedidas no ambiente educacional público, especialmente para a inclusão.

Assim, este trabalho teve o intuito de contribuir na busca de melhorias para promover uma política pública de educação inclusiva, buscando identificar quais as dificuldades encontradas pelos alunos com necessidades especiais em ter acesso a educação em escolas públicas. Outro ponto importante foi a apresentação de quais possíveis métodos devem ser utilizados para tornar a escola inclusiva, procurando mostrar que só uma prática educacional que reconheça, respeite e atenda às necessidades de cada tipo de aluno pode ser chamada de inclusiva. Portanto, novos estudos devem surgir sobre esta temática para que sejam planejadas novas políticas públicas, servindo tais estudos como base para a implementação pelos gestores públicos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação inclusiva**. A Escola. SEESP/MEC (Coord.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 3, 2004.

ARNS, Flávio. **Acessibilidade**. Decreto nº 5.296/2004 – Lei nº 10.048/2000 – Lei nº 10.098/2000. Brasília: Senado Federal, 2005.

AQUINO, Júlio Groppa. **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. 2ª. ed. São Paulo: Summus, 1998.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BEYER, Hugo Otto. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In Baptista, Cláudio Roberto...[et al]. **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006. Cap. 5, p. 73-81.

BRASIL, Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988.

BRASIL. Casa Civil. **Política Nacional Para Integração Da Pessoa Portadora De Deficiência**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 02/03/2014.

BRASIL. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Brasília: CC, 2013.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari, et al. **Direitos Humanos e políticas públicas**. São Paulo: Polis, 2001. (cadernos Polis 2). Disponível em: <www.polis.org.br>. Acesso em: 02/03/2014.

COLL, César, MARCHESI, Jesús e PALACIOS, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. vol. 3. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DISCHINGER, M; MACHADO, R. **Desenvolvendo ações para criar espaços escolares Acessíveis**. Inclusão. Revista da Educação Especial, Secretaria de Educação especial. Brasília: SEE, v.1, n.1, p.14-17, jul/2006.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 48ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, Soraia Napoleão et.al. **Tendências Contemporâneas de Inclusão**. 2008: UFSM. p. 42.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARTINS, Lúcia Araújo Ramos, PIRES, Gláucia Nascimento da Luz, MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. (Org.) **Inclusão: compartilhando Saberes**. 2. ed. Petrópolis. R.J.: Vozes, 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: _____; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006, p. 15-29.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- _____, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva**. IN: GAIO, Roberta & MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TCC, monografia, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 2003.
- PRIETO, Rosângela Gavioli. **Políticas públicas de inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores**. 29 de janeiro de 2004. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br/index>>. Acesso em: 25 jun. 2010.
- SCHMIDT, João Pedro. Para Entender as Políticas Públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org.). **Direitos Sociais & Políticas Públicas. Desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SERRA, Dayse. Inclusão e ambiente escolar. In. Mônica Pereira Santos; Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. (Org.). **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, C. "**Políticas Públicas: uma revisão da literatura**". Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, Jul/dez 2006, p. 20-45.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Trad. Magda França Lopes. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**: 1.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE 01
INSTUMENTO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO – UAEDUC
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Caro professor,

Estou realizando meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) *Campus* Sumé-PB. O tema escolhido para o TCC foi **“A inclusão de portadores de necessidades especiais na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo/PB”**. Sendo que por intermédio desta pesquisa você irá contribuir para um aprimoramento das informações a serem inseridas no contexto. Para a obtenção do grau de graduando no referido curso, é fundamental a aplicação dessa pesquisa em conjunto com o trabalho teórico. O objetivo principal dessa pesquisa é analisar as principais dificuldades da Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental do Congo/PB para receber discentes com necessidades especiais. É importante destacar que essa pesquisa é de caráter acadêmico/social e não envolve fins políticos. Agradeço sua colaboração em responder as questões aplicadas com honestidade, veracidade e precisão. Fica aqui assegurado que haverá a garantia de total confidência em relação à identificação dos participantes desta pesquisa. Desde já receba meu agradecimento.

Atenciosamente,

Rosilda Barboza Ramos, graduanda. E-mail: rosildaramos27@hotmail.com
Msc. Luiz Antônio Coêlho da Silva, Prof. Orientador. E-mail: luidd@yahoo.com.br

QUESTIONÁRIO

- 1) **Gênero:** Masculino () Feminino ()
- 2) **Faixa etária** () de 20 a 25 anos () de 25 a 30 anos () de 35 a 40 anos () Acima de 40 anos.
- 3) **Grau de escolaridade:**
() Ensino Médio completo () Ensino Superior cursando/incompleto
() Especialização () Ensino Superior completo () Mestrado ou Doutorado
- 4) **Você trabalha ou já trabalhou com alunos com necessidades especiais na sua sala de aula?** Sim () Não ().
- 5) **Você sentiu dificuldades em lidar com alunos com limitações?** Sim () Não ()
- 6) **Você considera a Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo/PB inclusiva para receber discentes com necessidades especiais?**
Sim () Não ()
- 7) **Você sente-se preparado(a) para promover o ensino de alunos com necessidades especiais?**
Sim () Não ()
- 8) **Você recebe alguma orientação ou apoio de profissionais da área de saúde ou da Secretaria da Educação para trabalhar com alunos com limitações?**
Sim () Não ()
- 9) **Como é a participação dos pais ou responsáveis de seus alunos com necessidades especiais dentro do ambiente escolar?**
() Participam ativamente
() Tem média participação
() Tem pouca participação
() Nunca participam, só comparecem na escola quando são solicitados pelo professor
- 10) **Se desejar cite quais procedimentos poderiam ser adotados pela Escola Municipal para melhorar a inclusão educacional de discentes com necessidades especiais.**

Obrigado pela colaboração educacional!